



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2015

ABRE INSCRIÇÕES PARA EMPRESAS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AGROINDUSTRIAS INTERESSADAS EM RECEBER INCENTIVOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.129/2011.

Pedro Lorenzi, Prefeito de **Paulo Bento**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas legais atribuições, **TORNA PÚBLICO** que estarão abertas as inscrições para empresas industriais, comerciais, de prestação de serviços e agroindustriais, interessadas em receber incentivos do Poder Público Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 1.129/2011, e que realizará a presente CHAMADA PÚBLICA, no dia **28/09/2015**, às **09h00min**, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Bento/RS.

1. DOS INCENTIVOS

1.1. Para fins de instalação ou ampliação de empresas industriais, comerciais, de prestação de serviço e agroindustriais, considerando a função social e expressão econômica do empreendimento, os incentivos do Poder Público Municipal poderão consistir em:

I - venda subsidiada, concessão de uso ou doação de imóveis para a instalação ou ampliação;

II - empréstimo, para construção de prédio ou aquisição de equipamentos;

III - execução de serviços de terraplenagem transporte de terras e materiais de construção e outros similares;

IV - cessão de uso ou doação de bens e equipamentos;

V - isenção de tributos municipais, desde que não haja impedimentos da legislação federal ou estadual;

VI - restituição de parcela do retorno do ICMS;

VII - pagamento de aluguel mensal de terreno ou sede, veículos, máquinas, equipamentos e outros, durante período certo e determinado de até 24 (vinte e quatro meses);

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1. Poderão inscrever-se para pleitear os incentivos previstos na Lei Municipal nº 1.129/2011, as empresas industriais, comerciais, de prestação de serviço e agroindustriais que queiram instalar-se no Município de Paulo Bento, ou ampliar suas atividades.

2.2. Os interessados deverão apresentar tempestivamente requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

2.2.1. Cópia do ato ou contrato de constituição da empresa e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado;

2.2.2. Prova dos registros ou inscrições no cadastro fiscal do Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda Estadual e do Município de sua sede;

2.2.3. Prova de regularidade, em se tratando de empresa já em atividade, quanto a:



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO

- a) tributos e contribuições federais;
- b) tributos estaduais;
- c) tributos do Município de sua sede;
- d) contribuições previdenciárias;
- e) FGTS.

2.2.4. Projeto circunstanciado do investimento industrial que pretende realizar, compreendendo a construção do prédio e seu cronograma, instalações, produção estimada, projeção do faturamento mínimo, estimativa do ICMS a ser gerado, projeção do número de empregos diretos e indiretos a serem gerados, prazo para o início de funcionamento da atividade industrial e estudo de viabilidade econômica do empreendimento;

2.2.5. Licença ambiental nos órgãos competentes, quando obrigado pela legislação;

2.2.6. Certidão negativa judicial da Comarca a que pertence o Município em que a empresa interessada tiver a sua sede.

2.3. O requerimento deverá ser acompanhado, ainda, de memorial contendo os seguintes elementos:

2.3.1. Valor inicial de investimento

2.3.2. Área necessária para sua instalação.

2.3.3. Absorção inicial de mão-de-obra e sua projeção futura.

2.3.4. Efetivo aproveitamento de matéria-prima existente no Município, se for o caso.

2.3.5. Viabilidade de funcionamento regular;

2.3.6. Produção inicial estimada.

2.3.7. Objetivos.

2.3.8. Atestado de idoneidade financeira fornecido por instituição bancária;

2.3.9. Outros informes que venham a ser solicitados pela Administração Municipal.

3. DA ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES

3.1. Os projetos e documentos apresentados pelas empresas inscritas serão analisados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Paulo Bento, juntamente com os órgãos técnicos e Procuradoria Geral do Município, devendo ser avaliada a viabilidade do empreendimento e aferição das vantagens advindas ao Município.

4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS

4.1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

- a) O projeto deve preencher todos os requisitos básicos da legislação.
- b) O que apresentar o maior valor do investimento no projeto.
- c) O desenvolvimento do projeto e sua execução (obra) no menor prazo possível.
- d) O projeto que tiver o investimento na menor área requerida.

4.2. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO:

- a) Dentro dos projetos selecionados, será dada prioridade aos que forem identificados como estratégicos e prioritários pela atividade desenvolvida e com o maior número de empregados.



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

b) Dentro dos projetos que atendam aos critérios anteriores, terão prioridade os que possuírem um percentual maior de contribuição por parte do setor privado ou outros parceiros institucionais.

4.3. CRITÉRIOS TÉCNICOS:

a) Apresentação de projeto arquitetônico básico do empreendimento.
b) Após a aprovação, deverá ser apresentado o projeto arquitetônico incluindo memórias de cálculo, descritivos de arquitetura e engenharia, desenhos de arquitetura, estruturas, hidráulica, geotecnia, instalações e orçamentos detalhados.

b) Os desenhos dos projetos deverão cumprir as normas legais, estar de acordo com as regras de bom desenho e ter nível de detalhamento e solução espacial que permita a perfeita execução da obra.

4.4. CRITÉRIOS AMBIENTAIS:

a) Apresentar as Licenças Ambientais emitidas pelo órgão ambiental licenciador e cumprir com as condições expressas nas Licenças. No caso de projeto isento de licenciamento ambiental, apresentar documento comprobatório do órgão ambiental licenciador.

4.5. CRITÉRIOS ECONÔMICOS:

a) Apresentar estudos de alternativas de custo, selecionando as de menor custo total, no momento da análise, para os principais itens da composição de custos dos projetos;

5. DA CARTA DE INTENÇÕES

5.1. O Poder Executivo, após as manifestações dos órgãos técnicos do Município, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Procuradoria Geral, decidirá sobre o pedido e elaborará Carta de Intenção, consubstanciando os compromissos da empresa e os benefícios possíveis de serem concedidos pelo Município, encaminhando projeto de lei ao Poder Legislativo para autorizar a concessão dos incentivos definidos.

5.2. Definidos os incentivos em bens imóveis, materiais e serviços a serem fornecidos, o Município quantificará o custo total, incluídos salários e encargos sociais, horas-máquina e demais encargos incidentes, comunicando o montante à empresa beneficiada para conhecimento e eventual impugnação.

5.3. A entrega de materiais ou a prestação de serviços, será precedida de assinatura de Termo de Compromisso, contendo cláusula expressa de indenização, ao Município, do valor total do incentivo concedido, acrescido da variação da SELIC, no caso de fechamento do estabelecimento industrial beneficiado ou de redução ou não alcance das metas especificadas na Carta de Intenções, no prazo de 01 (um) ano contado da data do início das atividades do empreendimento, devendo ser prestada garantia real ou pessoal da obrigação de indenizar.



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

5.4. No caso de concessão de uso ou doação de imóvel, a respectiva escritura será celebrada com cláusula de reversão se ocorrerem as hipóteses referidas neste artigo, conforme previsto no art. 17, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5. O Município deverá assegurar-se no ato de concessão de qualquer dos benefícios previstos nesta Lei, do efetivo cumprimento, pelas empresas beneficiadas, dos encargos assumidos, com cláusula expressa de revogação dos benefícios no caso de desvio da finalidade inicial e do projeto apresentado, assegurado o ressarcimento dos investimentos efetuados pelo Município, apurados na forma do art. 8º.

5.6. Terão prioridade aos benefícios desta Lei as empresas que utilizarem maior número de trabalhadores residentes no Município e maior quantidade de matéria-prima local.

6. DO LOCAL DE INSCRIÇÕES

6.1. Os interessados deverão efetuar a sua inscrição na Prefeitura Municipal de Paulo Bento - RS, com sede na Avenida Irmãs Consolata, nº 189, no horário de expediente, até a data designada para recebimento das inscrições. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (54) 3613 0075.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Este Edital é regido pela Lei Municipal nº 1.129/2011, de 17 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município, reputando-se como transcritas aqui todas as condições e requisitos para o pleito e o recebimento de incentivos do Poder Público Municipal.

Paulo Bento/RS, 01 de setembro de 2015.

Pedro Lorenzi
Prefeito